



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-2330 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

**ASSESSORIA PARLAMENTAR PMDB**

1

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo Nº 289/2007

Campo Mourão, 08/11/07 Horas 15:17

Elias  
PROTOCOLISTA

Campo Mourão, 08 de novembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente,

CONTRÁRIO À TRAMITAÇÃO  
DEVE CIÊNCIA AO AUTOR

13/11/2007  
Summa

Nos termos da legislação em vigor, registramos a súmula da proposição que segue:

**.- PROJETO DE LEI QUE** "Autoriza o Poder Executivo a elaborar o Programa de Saúde Auditiva no Município de Campo Mourão."

Respeitosamente,

Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira  
Vereador PMDB



19/2007 – 14/02 – Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira – 1 – PROJETO DE LEI QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA INSTALAÇÃO DE PÁRA-RAIOS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA E PRIVADA, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E POSTOS PÚBLICOS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 02 – PROJETO DE LEI QUE "DISPÕE SOBRE PENALIDADES AOS ESTABELECIMENTOS QUE VENDEREM BEBIDAS ALCOÓLICAS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". 03 – PROJETO DE LEI QUE "DISPÕE SOBRE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". 04 – PROJETO DE LEI QUE "DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PASSE – AMAMENTAÇÃO PARA NUTRIZES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". 05 – PROJETO DE LEI QUE "INSTITUI O PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO PRECOCE DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM NEONATOS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". 06 PROJETO DE LEI QUE "DISPÕE SOBRE A IMPOSIÇÃO DE MULTAS A QUEM FOR AUTUADO DANIFICANDO PLACAS DE SINILIZAÇÃO E SIMILARES NOS LIMITES DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 07 – PROJETO DE LEI QUE "INSTITUI NO MUNICÍPIO O PROJETO "XADREZ NAS PRAÇAS " E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". 08 – PROJETO DE LEI QUE "INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO ALEITAMENTO E DOAÇÃO DO LEITE MATERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". 09 – PROJETO DE LEI QUE " DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE PAINÉIS DE PUBLICIDADE NOS PONTOS DE TÁXIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". 10- PROJETO DE LEI QUE " DISPÕE SOBRE O COMBATE AO RACISMO NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 11 – PROJETO DE LEI QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA SEMANA MUNICIPAL PELA CIDADANIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 12 – PROJETO DE LEI QUE " DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PERMANÊNCIA DE UM FISIOTERAPEUTA NAS CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA, ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES E CONGÊNERES QUE POSSUAM ESSE SERVIÇO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 13 – PROJETO DE LEI QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E DE PLANEJAMENTO FAMILIAR AOS PAIS DE ALUNOS DO ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 14 – PROJETO DE LEI QUE, "INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 15 – PROJETO DE LEI QUE, "DISPÕE SOBRE A COLOCAÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS DE NOME DE BAIRROS DA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". 16 - PROJETO DE LEI QUE "DISPÕE COLETA E DEPÓSITO FINAL DE BATERIAS DE TELEFONE CELULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"





PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br) - [www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E ARQUIVO HISTÓRICO

**O DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E  
ARQUIVO HISTÓRICO CERTIFICA:**

**- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU  
MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:**

- ( ) Não
- ( **X** ) Sim, conforme anexo ao projeto.

**- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:**

( **X** ) **DEPENDE DA ANÁLISE DA PROCURADORIA PARLAMENTAR,  
TENDO EM VISTA A LEI 1422/2002 E DECRETO 3265/2005.**

- ( ) Já aprovada (167, I, a RI)
- ( ) Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b)
- ( ) Já transformado em diploma legal (167, I, C), necessitando de análise Jurídica
- ( ) a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

Campo Mourão, 09 de novembro de 2007.

**Dione Clei Valério da Silva**

Chefe do Departamento de Controle Legislativo  
e Arquivo Histórico

PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO Nº 659/2002

De 1º/02/2002

## **LEI Nº 1422**

De 22 de janeiro de 2002

Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de diagnóstico da audição dos bebês, imediatamente após o nascimento, nas maternidades e hospitais, e no máximo de até três meses de vida, dos bebês nascidos fora das maternidades.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte

### **LEI:**

**Art. 1º** Fica obrigatório o diagnóstico da audição dos bebês, imediatamente após o nascimento, nas maternidades e hospitais, e no máximo de até três meses de vida, dos bebês nascidos fora das maternidades.

**Art. 2º** O Poder Executivo, através do órgão competente, regulamentará a presente Lei.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"**  
Campo Mourão, 22 de janeiro de 2002

Getulio Ferrari Júnior  
**Prefeito Municipal em Exercício**

Robervani Pierin do Prado  
**Procurador-Geral**

Nilma Ladeia de Carvalho Dias  
**Secretária da Saúde e Ação Social**

PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO Nº 936/2005

DE 19/08/2005

## **DECRETO Nº 3265**

De 17 de agosto de 2005

Regulamenta a Lei nº 1.422, de 22 de janeiro de 2002, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de diagnóstico da audição dos bebês, imediatamente após o nascimento, nas maternidades e hospitais, e no máximo de até três meses de vida, dos bebês nascidos fora das maternidades".

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em consonância com as disposições da Lei Municipal nº 1.422, de 22 de janeiro de 2002, e considerando o contido no processo protocolizado sob nº 07573/2001,

### **DECRETA:**

**Art. 1º** Fica regulamentada a Lei nº 1.422, de 22 de janeiro de 2002, ao que se refere ao diagnóstico da audição dos bebês.

**Art. 2º** Serão realizados diagnóstico nas crianças residentes em Campo Mourão até o 3º mês de vida, com agendamento através do Programa Cegonha Feliz.

**Art. 3º** Para realização do diagnóstico serão realizadas Triagem Auditiva e exame de Emissão Otoacústica.

**Art. 4º** Nos casos de resultados alterados as crianças serão encaminhadas ao Serviço de Referência Auditiva de Alta Complexidade para tratamento adequado.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"**

Campo Mourão, 17 de agosto de 2005

Nelson José Tureck  
**Prefeito Municipal**

Gilmar Aparecido Cardoso  
**Procurador-Geral**

Moacir Ciulla Porciúncula  
**Secretário da Saúde**





# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-1

[e-mail:legislativomunicipal@start.com.br]

www.camaracm.com.br

Assessoria Jurídica

### PARECER PRELIMINAR: DATA DO RECEBIMENTO PARA PARECER:

( ) Indicação nº	_____ /2007	( ) Projeto de Lei nº	_____ /2007
( ) Indicação Legislativa nº	_____ /2007	( ) Projeto de Resolução	_____ /2007
( ) Requerimento	_____ /2007	( ) Emenda à L.O.M. nº	_____ /2007
(X) Outros <i>sumuls</i>	<u>289</u> /2007	( ) Moção nº	_____ /2007

AUTOR (ES): .....

### OCORRÊNCIAS:

- ( ) Preenchidos os requisitos de constitucionalidade e legalidade.
- (X) Verificação de Prejudicialidade.
- ( ) Vício de competência da matéria. Competência do (a).....
- ( ) Vício de origem. Competência privativa do (a).....
- ( ) Inconstitucional por ferir:.....
- ( ) Inorgânico por ferir:.....
- ( ) Illegal por ferir:.....
- ( ) Possível corrigir ilegalidade/inconstitucionalidade através de emendas.....
- ( ) Necessário corrigir nos seguintes pontos:.....
- .....
- ( ) Necessário estudo aprofundado pela Assessoria Jurídica.
- ( ) Parecer Jurídico em anexo.
- ( ) Diligências necessárias ou sugeridas:.....
- .....
- ( ) A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no art. .... da LDO.
- ( ) A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no art. .... do PPA.

Parecer prolatado em 12 / 11 /2007.

- ( ) favorável à tramitação.
- ( ) favorável à tramitação com emendas.
- ( ) Pela apresentação de substitutivo
- (X) Contrário à tramitação
- ( ) ..... Emendas em anexo.
- ( ) Substitutivo em anexo.
- ( ) Diligências.

  
GIOVANE JOSÉ MARTINS  
Assessor Jurídico - OAB/PR 31.312